

AJ09258

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Novos castigos para alunos

KADIDJA FERNANDES/AT

Nada de levar suspensão ou ajoelhar no carço de milho. Proposta agora é fazer o estudante bagunceiro reconhecer o erro

RAFAELE GASPARINI

Ajoelhar no carço de milho, apanhar com palmatória, ficar em pé "cheirando a parede" são castigos do passado. Mas, como as formas comuns de castigar, entre elas a suspensão, já não são mais válidas, elas estão sendo substituídas.

A cada dia são criadas novas formas de mudar o comportamento de alunos bagunceiros. As iniciativas de algumas escolas incluem trabalhos extraclasse, acompanhar a coordenação para conhecer os desafios da rotina do educador, e até fazer trabalho voluntário.

Na proposta atual, quem desrespeita as normas, agride colegas e até enfrenta professores é levado a avaliar as consequências.

Exemplo disso foi o que aconteceu no Colégio Marista, em Vila Velha, no ano passado, quando três alunos soltaram bombas dentro da escola.

Com autorização dos pais, a coordenação pedagógica levou o trio até o centro de tratamento de queimados no Hospital Dório Silva, na Serra.

O objetivo, segundo a coordenadora-pedagógica do nono ano do ensino fundamental e do ensi-



no médio do Marista, Alba Valéria de Freitas, foi mostrar o que aconteceria caso alguém fosse ferido.

"Nossa função é educar. Será que aplicar suspensão é isso? Eles sempre dizem que não sabiam que a coisa ia chegar ao ponto que chegou. Ou seja, desconhecem as consequências. Temos que mostrar a realidade", explica.

Na opinião da orientadora, a medida valeu a pena e surtiu efeito entre os castigados e colegas que souberam da situação.

"Quando voltaram, eles fizeram uma pesquisa sobre atos de vandalismo. Fizemos até um paralelo com o caso dos jovens que queimaram um índio, há alguns anos. Valeu a pena", finaliza.

Em outra iniciativa para castigar usando a conscientização, o colégio Contec criou a "punição solidária", segundo o diretor-geral, Fernando Cobe.

"Fizemos essa ação no ano passado com três alunos e deu muito certo. O regimento previa a suspensão da aula por três dias. Mas,



Alba, do colégio Marista, onde alunos que soltaram bomba tiveram de visitar hospital

em vez disso, os estudantes atuaram em trabalhos comunitários, levando cestas básicas e visitando instituições de caridade."

A intenção, segundo ele, foi mostrar aos adolescentes a realidade de pessoas da mesma idade deles e que tinham muito menos oportunidades na vida.

"Na volta, eles traziam um relatório. Este ano, estamos pensando em implantar mais essa ação", concluiu Cobe.

ELES FORAM PUNIDOS

"SUSPENSÃO PURA NÃO ADIANTA"

"Fui terrível no ano passado. Levei três ocorrências. Uma porque gritei sobre a mesa do professor. Suspensão pura não adianta. O diferencial foram os trabalhos e conselhos da coordenadora. Mudei."

Estudante de 14 anos

"MEUS PAIS NÃO MERECEM"

"Saía muito de sala, brincava o tempo todo. Cheguei a acionar o extintor. Pichei os banheiros. Fui obrigado a limpar tudo. Fiquei com raiva, mas entendi. Meus pais não merecem minhas atitudes."

Estudante de 15 anos

AS NOVAS PUNIÇÕES NAS ESCOLAS

KADIDJA FERNANDES/AT



SUSPENSÕES REDUZIDAS COM PENAS ALTERNATIVAS

Entre os vários projetos desenvolvidos na Escola Estadual Padre Humberto Piacente, em Santa Rita, Vila Velha, um mecanismo elaborado pela coordenadora da manhã, Marli Loureiro Binda, conseguiu reduzir a frequência de suspensões no turno matutino.

Utilizando jornais, revistas e filmes, a coordenadora levanta histórias reais que começaram a partir de iniciativas parecidas com as dos estudantes em conflito.

"Usamos muito o jornal **A Tribuna**. Também oferecemos filmes e palestras com religiosos da comunidade, especialmente grupos de jovens. Debates sobre caráter e a moral, além da fé, que muitos deles desconhecem e, por isso, agem erroneamente", afirma.

Chamado de "Buscando o Futuro", o

projeto considera as habilidades do aluno na escola e a realidade dele em casa. "A partir do momento em que ele começa a reagir de forma negativa, talvez até mesmo revoltado por algum problema, o chamado para conversar e só aplico suspensões em casos mais graves, como violência", declara Marli.

Um exemplo citado pela coordenadora foi de um grupo de adolescentes que fugia da escola, no ano passado. "Descobri que pulavam o muro. Então, trouxe para a escola a entrevista de uma mãe que não sabia como o filho, que tinha sido preso, se envolveu com o crime. Ela lamentava e estava chocada. Depois de discutirmos os problemas e as consequências disso, um deles admitiu que os pais dele não mereciam isso. Valeu a pena."

Na pele do professor

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Professora Valéria Maria Miranda, em Vila Nova de Colares, na Serra, quem leva ocorrência passa a trabalhar lado-a-lado com o professor e o coordenador, ajudando em sala de aula.

A intenção é mostrar aos "alunos-monitores" como é a rotina do educador e levá-los a valorizar o patrimônio.

A escola vai implantar uma atividade extra-classe, para que o aluno fique no colégio nas horas livres e ocupe a responsabilidade de ajudar em projetos e serviços.

Visita a hospital

Um grupo de amigos jogou bombas pelo Colégio Marista, em Vila Velha, no ano passado. Além de a coordenação ter chamado os pais deles para uma conversa, eles foram levados ao Centro de Tratamento de Queimados, no Hospital Dório Silva, na Serra, para conhecerem o risco dos danos à saúde.

A medida valeu a pena. Os rapazes desenvolveram uma pesquisa sobre vandalismo e mudaram o comportamento.

Pagar pelo dano

Em algumas escolas, quando um aluno danifica algo, além de levar advertência prevista nos regulamentos, é orientado a corrigir o dano.

No Colégio Americano, por exemplo, um estudante teve que limpar as paredes do banheiro.

No Renovação, em um método chamado "Vivenciando para Aprender", pode acontecer o mesmo. Ano passado, um aluno de lá teve que cumprir uma tarefa de

Matemática, na qual fez um levantamento para descobrir quanto custa a tinta usada, a quantidade dela que seria usada e quanto seria desperdiçada, o valor da mão-de-obra do pintor, entre outros.

Trabalho social

Diante do abuso de alguns alunos, que destroem o patrimônio da escola, menosprezam a estrutura ou desafiam os professores, coordenadores apelam para instituições de caridade para mostrar a dura realidade.

Segundo o diretor-geral da rede Contec, Fernando Cobe, no ano passado, três alunos passaram pela "Punição Solidária".

Em vez de serem suspensos, eles participaram de trabalho comunitário, levando cestas básicas e visitando instituições.

Uma estratégia parecida é aplicada no Colégio Marista. Nas dependências da unidade funciona a Casa da Acolhida, que recebe crianças em situação de risco social. Dependendo da situação, o aluno passa parte do tempo lá, dando aulas gratuitas de computador, futebol, entre outras.

Sem participar de passeios

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Valcíci Alves Baier, localizada em Areinha, Cariacica, a técnica é reconhecer os bons e retirar as oportunidades dos que têm mau comportamento.

Em um projeto chamado "Consciência Social", o aluno que briga, faz bagunça, atrapalha as aulas, por exemplo, fica fora dos passeios, das oficinas de música e de capoeira. Tudo isso feito com ciência dos pais, que ajudam a criar as regras punitivas, através das reuniões.

As próprias crianças alertam umas as outras sobre isso e o número de problemas vem reduzindo muito, segundo a direção.

Caderno da confissão

No Centro Educacional Agostiniano, crianças e adolescentes envolvidos em conflitos são chamados para uma conversa com orientadores pedagógicos.

Em um caderno de ocorrências, eles escrevem tudo o que aconteceu e assinam embaixo, admitindo a participação no 'delito'.

Esse mecanismo já faz com que os alunos sintam o peso da verdade e se arrependam. Também fazem trabalhos voltados para o tema em questão. Mas ninguém se vê livre das sanções do regulamento.

Dissertações, redações e pesquisas

No Americano Batista, através do projeto "Construção do Caráter Cristão", são trabalhados os valores, como sinceridade e respeito, com participação do corpo pedagógico e pastores da instituição.

Também faz parte disso, a elaboração de textos vinculados ao problema em questão. A coordenação afirma que já obteve bons resultados com estudantes envolvidos em brigas e situações de bullying quando exercem domínio sobre outros.

Polícia e Conselho Tutelar

Em casos mais violentos como brigas, ameaças e drogas, as escolas estão apelando para a Polícia, o Conselho Tutelar e até para juizados da Infância e Juventude.

É assim nas escolas da rede pública estadual, onde a determinação é deixar a Justiça decidir o destino do aluno.

Proibido expulsar na rede pública

Aluno que não faz as tarefas, implica com outros, é ameaçador e agressivo, rouba ou até mesmo usa drogas. Mesmo em casos graves assim, a regra nas escolas públicas é esgotar as possibilidades de mudanças, pois não é permitido dar suspensão nem expulsar.

A informação é da subgerente de Inspeção Escolar da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), Rita de Cássia Altoé.

“O que rege a educação é o princípio do direito. O aluno tem o direito de estar na escola. Se ele apresenta distúrbio de comportamento, cabe à escola esgotar as tentativas de educá-lo”, diz.

A ordem é acionar os pais, o Conselho Tutelar e até mesmo o Juizado da Vara da Infância e Juventude.

Em caso de depredação, ameaças e agressões, a direção da escola e as vítimas devem fazer um boletim de ocorrência na Polícia e deixar os trâmites da Justiça correrem em paralelo a isso.

Enquanto o futuro do “aluno-problema” estiver sendo decidido por essas instituições, ele continua indo à escola todos os dias.

No entanto, de acordo com Rita, se a situação de agressão estiver diretamente ligada a algum



professor ou outro aluno, por exemplo, o estudante poderá cumprir as tarefas em outro lugar da escola.

A mesma medida se repete em casos de suspensão. O aluno pode ser suspenso de aulas específicas, não da escola. Ou seja, ele deve estudar outras disciplinas normalmente.

No horário da aula em que está suspenso, sai e vai fazer as atividades em local determinado pela direção.

“O que temos claro é que a escola não pode fazer solicitações ou exigências que impeçam a permanência na escola”, enfatiza.

Essa regra vale também para problemas com uniformes. O aluno não pode ser barrado na portaria se estiver com outras roupas.

Segundo Rita, o regimento da rede estadual – são mais de 307 mil alunos – será atualizado este ano e começa a vigorar em 2010.

Parceria entre pais e escola

O sonho de qualquer diretor de escola, seja pública ou particular, é contar com a participação ativa dos pais dos alunos. Por isso tantas reuniões, oficinas, debates e atividades para compartilhar dúvidas, problemas e soluções.

No Colégio Adventista, segundo o diretor geral da rede no Estado, José Humberto Cardoso, o acompanhamento é mensal.

“Temos seminários e outras reuniões temáticas uma vez por mês. Tudo sempre vinculado ao que mais reincide, como sexualidade, falta de limites, trabalhos feitos com cópias da internet, entre outros. O objetivo é levar os adultos a pensarem sobre a educação em casa”, explicou.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Valdici Alves Baier, localizada em Cariacica, a diretora Nara Calmom enfatiza a parceria com os pais na criação de medidas proibitivas e punitivas.

“Trazemos as famílias para dentro da escola e mostramos que não estamos aqui para punir os alu-

nos, mas ajudá-los. Percebemos bons resultados”, declara Nara.

Segundo ela, a prova disso é que dos 711 matriculados, só quatro são alvo principal das atenções, pois continuam dando trabalho.

Para corrigir quem desrespeita as regras, as escolas precisam do aval dos pais para criarem sanções alternativas, com atividades extra-classe, por exemplo.

Foi o que aconteceu quando a Escola Renovação precisou castigar um aluno que, no ano passado, pichou as paredes do banheiro. Ele teve que ajudar a restaurar o local.

Também se antecipando a problemas que poderiam surgir por causa de diferenças na aparência de alunos portadores de deficiências físicas, escola trabalhou uma oficina de fantoches.

“Cada boneco tinha algo de diferente. Trabalhamos criando valores de amizade e ética, explica Glayds Kfuri, orientadora pedagógica, ao lado da professora Giselle Casoti e da pedagoga Maria Bernadete Nardoto.

LEONARDO BICALHO/AT



Giselle, Maria Bernadete e Glayds usam fantoches



Alunos durante aula em escola estadual: família é chamada para resolver problemas

Sem computador e viagens

Em casa, os pais estão se desdobrando em regras e punições que façam efeito, de fato. O tradicional sermão ganhou novos argumentos e as “surras” deram lugar a proibições.

Na onda do que dizem os educadores da atualidade, os pais passaram a explicar aos filhos as consequências do que fazem, em casa e na sociedade.

Os castigos físicos e humilhações como as “surras” e as reclusões deram lugar às proibições.

Quando os filhos da auxiliar de biblioteca Simone Simmer Bravin, 34, Rafael, 13, e Pedro, 4, brigam ou fazem outra coisa que não deveriam, ela é pulso firme.

“O Pedro passa com a roda da

bicicleta sobre o pé do Rafael, taca coisas, desliga a TV e o estabilizador do computador e corre”, conta Simone.

O castigo vem logo. “Mando ele para um cantinho, para pensar. Ele volta arrependido e pede desculpas”, lembra. Na sala, o espaço das caixas de som se tornou local oficial para reflexão.

Já Rafael, se reclamar das coisas que possui, brigar ou provocar a mãe, perde logo o que mais gosta: o computador. Esta semana, por exemplo, passou cinco dias sem teclar.

A empresária Cláudia Romanha, 36, mãe dos gêmeos Gabriel e Rafael, 12 anos, e Thiago, 9 anos, também trocou as palmas pelas proibições.

“Esta semana, por exemplo, Gabriel pediu para viajar com amigos do futebol para o Rio de Janeiro e não deixei. Pesou o fato de ele ter feito uma mal-criação devido à perda de um tênis. Bater não resolve. Proibir funciona”, avalia.

Na opinião da educadora Cris Poli, a Super Nany, do programa exibido pelo SBT/TV Tribuna, os pais devem criar suas regras punitivas.

Ela ressalta, no entanto, que não adianta só ameaçar. É preciso agir.

“Os filhos devem saber que haverá consequências, boas ou ruins, em tudo o que fizerem. Os pais devem observar a casa e corrigir, para mudar”, diz Cris.

FERNANDO RIBEIRO/AT



TRÊS SEGUNDOS PARA ACABAR COM A PIRRAÇA

Quando a pequena Sofia, de 3 anos e nove meses, faz pirraça, a mãe dela, a dona-de-casa Marcela Batista de Oliveira, 25, começa a contar em voz alta. Quando chega no número três, se ela não tiver parado, vai para o castigo.

Para evitar punir a filha, ela criou a técnica da contagem, que a menina conhece bem e respeita.

“Mãe é mãe e filho é filho. São amigos, óbvio, mas é preciso respeito. Se apronta, aviso. Se desrespeita, fica sem chupar uma bala ou comer um doce, sem assistir aos filmes e desenhos preferidos. Enfim, privar de fazer aquilo que ela gosta funciona”, diz Marcela.

Esta semana, Sofia cortou os longos cabelos sozinha, bem curtinho. “Dei uns tapinhas e conversei sério. Ela entendeu o erro”.

KADIDJA FERNANDES/AT

TRANCADOS EM QUARTOS SEPARADOS

A advogada Gisele Ceccato Borgo Latorraca, 33, diz que, a cada dia, está aprendendo a corrigir os filhos, Carolina, 6 anos, e Bruno, 4 anos, que brigam o tempo todo e disputam a mesma televisão, mesmo com quatro aparelhos de TV em casa.

Quando diz palavrões, fica nervoso, implica com a irmã ou irrita os pais, o pequeno Bruno é enviado para o próprio quarto (ou em casos mais extremos, até para o banheiro), com restrição de fazer qualquer coisa a não ser pensar sobre o erro que cometeu. Ela tranca a porta e deixa ele lá.

Ele não pode usar o computador nem assistir televisão. “Explico que ele deve agir com amor, que não deve mal-tratar a irmã e o tranco no quarto. Às vezes, ele dá uns shows, chora, mas logo passa”, diz Gisele.



“Pais liberam tanto que têm dificuldades de impor limites”

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Filósofa, mestre em educação e autora de 12 livros voltados para os desafios de educar e criar os filhos, a escritora Tânia Zagury falou para A Tribuna sobre a arte de lidar com crianças e adolescentes.

Ela é clara quanto à postura de alguns pais: são frágeis e sem autoridade.

– A Tribuna – Hoje se aplica menos castigos que antigamente?

– Tânia Zagury – Tenho três dúzias de anos como educadora. Posso afirmar que os castigos são aplicados em menos situações.

Na verdade, a palavra castigar tem sido substituída, pois os objetivos atuais são diferentes do passado. Chama-se sanção, responsabilização ou consequência.

Hoje não se entende que tudo o que o menor faz foi malcriação ou de propósito, o que é algo muito bom.

No entanto, os pais começaram a liberar tanto, por conta de várias teorias, que muitos não impõem limite nenhum para esse negócio de explicar a mesma coisa “N” vezes.

Tem uma hora que se sabe com clareza que a criança não está fazendo porque não quer.

– Os pais não sabem controlar e corrigir os filhos?

– Tem muita gente com sérios problemas. A sociedade tem dificuldades de limites. Existem muitos jovens por aí fazendo besteira na vida, cujos pais chegam para o juiz e dizem “doutor, fale ao meu filho que ele tem que ir para a escola”, sendo que eles próprios deveriam fazer isso.

Alguns sequer sabem ter limites. Já dei mais de 1.100 palestras em todo o País. Ouvi reclamações ao dizer que, se criança está destruindo o jardim numa festa, é o caso de ir embora antes mesmo do parabéns.

Ou seja, os pais têm que estar dispostos a perder alguma coisa também, se for necessário, no processo de educar. Talvez um pouco da liberdade.

– Já que perdem a direção, quando colocar o castigo?

– Cabe aos pais observar qual é a hora em que isso acontece. No momento em que se percebe que o filho não está fazendo porque realmente não dá ouvidos, por exemplo. É a responsabilização e a consequência que estão faltando.

– Essa dificuldade de corrigir na infância se torna um círculo



“ Os pais têm de estar dispostos a perder alguma coisa também, se for necessário, no processo de educar. Talvez um pouco da liberdade ”

vicioso, pois piora na adolescência. Como enfrentar isso?

– Se começar na adolescência pode não dar certo. Tem que ser antes, na infância. Deve ser feito considerando a faixa etária.

Quando uma criança de três anos faz bobagem, por exemplo, é possível fazer com que entenda. É colocá-la no quarto e explicar o motivo da proibição.

– O que a senhora acha do cantinho da reflexão, onde a criança

fica para avaliar o que fez?

– Válido, desde que funcione. É importante ficar claro: a criança é muito mais esperta do que a gente pensa. É muito mais capaz de compreender as coisas do que os pais pensam.

E cada criança é diferente da outra. Algumas vão ficar tristes no cantinho e isso vai funcionar. Mas quem tem dois anos de idade não vai ficar pensando nos detalhes.

Outras vão perceber que se pedirem desculpas vão ser logo liberadas. Ou seja, não deve ser o único recurso.

– Antigamente, mandar para o quarto era comum. Hoje, no entanto, parece ótimo para a criança ou o adolescente, já que ele tem uma cama confortável, computador, MP3 ou outros equipamentos. O que fazer?

– É muito diferente quando pais com autoridade determinam isso, de e quando um casal sem controle sobre os filhos o faz.

Não pode achar que essa é a sanção se o adolescente não demonstrar qualquer problema. Sempre há recursos. Pode ser necessário um método para cada pessoa, pois são todos diferentes.

Por exemplo, não ver filme, ficar no quarto, não sair. Tudo depende da maneira como é dito e da segurança dos pais. É muito diferente daquele que não tem controle.

– Dizem que criação de filhos não tem uma receita única, mas é possível falar em dicas de correção mais acertadas?

– Sempre ensino um sistema de três etapas para ser moderno, mas dando os limites.

O primeiro é dialogar, seja criança ou jovem. Explicar e estabelecer as regras. Dizer quantas vezes vai falar a mesma coisa, para dar chances do filho perceber que errou.

Se não funcionar e o comportamento se repetir pela terceira vez, deve-se passar para a etapa da autoridade. Que não tem nada a ver com autoritarismo, já que dialogou antes.

É dar uma espécie de ultimato. Virar para o filho e dizer claramente o que vai acontecer. Ou seja, colocar a autoridade de pai e de mãe, inclusive dizendo que deu todas as oportunidades.

A partir daí, acabou o diálogo. Das duas, uma: ou leva a sério ou paga para ver. E, se continuar abusando, passa para a terceira etapa, que já é propriamente a sanção.



Cris: “Bater e trancar no quarto só resolve na hora”

Super Nanny defende rigor

Conhecida por enfrentar verdadeiras batalhas entre filhos e pais, a educadora Cris Poli, a Super Nanny do programa do SBT/TV Tribuna, defende ações enérgicas dos adultos, mas esclarece que não podem agir por impulso, e sim planejar as regras em família.

“O castigo tradicional, da punição, não resolve. Bater e trancar no quarto pode resolver momentaneamente, na hora, mas não muda o comportamento de ninguém. Pode ser que evite fazer para não sofrer dor, mas nada além. É preciso algo a mais”, declara.

Na opinião dela, que tem mais de quatro décadas de experiência em educação, conversar claramente, estabelecer regras e deixar os filhos enfrentarem as consequências do que fazem é a saída para a geração de agora.

“Diariamente, a gente vê horrores que estão acontecendo entre os jovens, e a partir deles.

O que fazer? Simplesmente punir? Colocá-los na cadeia? Não acho que é o caminho”, afirma.

Um dos primeiros passos para reverter agressividades e desrespeitos desde a infância é saber o objetivo da correção.

“Quero mudar a palavra castigo por disciplina. Elas têm sentido diferente. Castigo é punição que machuca, moralmente ou fisicamente. E não conscientiza sobre a necessidade de ser diferente. Quando se disciplina o adolescente, ensina-se o comportamento correto”, explica.

Em casos de brigas entre irmãos, por exemplo, a dica dela é clara: reservar um tempo exclusivo para observar o que está acontecendo na família, avaliar os pontos de problemas e planejar as atitudes.

“Trabalhamos para formar o caráter da criança e do adolescente. Ele precisa saber que tudo tem um resultado, seja bom ou ruim”, ressalta.

AS PUNIÇÕES QUE MARCARAM ÉPOCAS

INIMIGO DA ESCRITA

Muitos têm horror à dupla giz e quadro negro, de tanto que foram obrigados a usá-los.

Quem fazia bagunça ou respondia algo errado à professora, era obrigado a escrever a frase que ela determinava, dezenas de vezes.

Quem era flagrado conversando, por exemplo, devia escrever “Não vou atrapalhar a aula”, 100, 200 vezes.

O pior é que os fundamentos pedagógicos da época permitiam isso, pois acreditavam que a aprendizagem se dava por repetição.



AJOELHAR NO MILHO

Os grãos de milho também deixaram muitos alunos traumatizados.

A técnica era usada para punir os mais “arteiros” e “impossíveis” da classe.

Dizem que a ideia surgiu em função dos auto-flagelos cometidos por religiosos, em séculos passados. Com isso, se espalhou entre colégios de padres e freiras.

A proposta era fazer com que o estudante se sentisse culpado por ter feito algo de errado, pedisse perdão e se redimisse.



PALMATÓRIA

Especialmente em escolas e famílias que viviam em cidades do interior, o uso da palmatória deixou muitas mãos inchadas por aí.

O objeto, feito em madeira, borraça e outras matérias-primas, tem um cabo e uma ponta redonda. Com ela, os professores e pais batiam nas mãos das crianças e adolescentes.

Para alegria geral dos estudantes, isso é proibido no Brasil. Quem usar esse artefato pode até ser preso, sob acusação de tortura.



PROVA DE RESISTÊNCIA

Ficar em pé, de frente para o quadro ou para a turma, encostado na parede, por horas.

Até parece teste de resistência em concursos para serviços militares ou em programas de reality shows.

Mas era assim que ficavam alunos que desrespeitavam as regras em algumas escolas, no passado.

Quem aprontava passava pelo castigo físico e, de quebra, moral também, pois era uma humilhação ficar horas e horas encostado nas paredes, com as implicações dos demais alunos.



CHAPÉU DE BURRO

Se uma coisa dessas acontecesse hoje em dia, daria processo contra professor e indenização alta para o aluno, por exposição pública e humilhação.

No entanto, algumas décadas atrás, se desse respostas erradas ao professor, o estudante ganhava o desagradável acessório que era o chapéu de burro.

Atualmente, só se vê isso em filmes. Mas a técnica era usada para que a pessoa tivesse vontade de se redimir e mudar o comportamento, se dedicando mais.

